

Reflexões sobre desastres socioambientais e sofrimento a partir da análise de “governos das chuvas” e suas narrativas e disputas (Nova Friburgo/RJ)¹

Maria Suellen Timoteo Correa - SEEDUC-RJ

Palavras-chave: desastre; governos; sofrimento.

Introdução

O presente trabalho busca apresentar reflexões sobre sofrimentos atrelados a contextos de desastres socioambientais em Nova Friburgo – município do estado do Rio de Janeiro - em diferentes períodos, a partir da análise de relações institucionais e de poder nestes eventos.

Com os resultados de uma etnografia realizada entre 2015 e 2020 a respeito de usos e sentidos em torno de chuvas e de desastres em diversos períodos na cidade, e dos seus “governos das chuvas”, foi possível destacar efeitos dessas relações políticas nas populações afetadas nesses eventos socioambientais.

Para esta comunicação, a escolha se deu por apresentar algumas situações e narrativas nos desastres ocorridos em 1979 e em 2011 em Friburgo, de maneira que envolvem o uso do sofrimento e do estado de calamidade como instrumentos políticos nas disputas de interesses nesses governos das chuvas.

Cabe pontuar que a cidade passa por eventos climáticos intensos de chuva desde sua origem, tendo a região apresentado problemas ligados a deslizamentos, inundações e mortes registradas desde o início do século XIX. De tempos em tempos, nos meses de chuva (período também chamado por moradores de “época das águas”), a população passa pelos alertas de chuvas fortes, de deslizamentos e enchentes em pontos específicos da cidade.

Com a etnografia, a partir de narrativas de diversas pessoas sobre esses períodos recorrentes de chuvas intensas na cidade, foi possível inferir que a população no geral e os agentes políticos convivem com estes eventos (e, portanto, com os seus considerados riscos), acionando também suas repercussões e efeitos nas políticas governamentais.

Foi possível também atestar que em Nova Friburgo, além da construção dos riscos e de um processo de “territorialização” - ou desterritorialização (MARCHEZINI, 2018, p. 542) - propício a desastres, a constituição estatal e das relações políticas

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

(envolvendo agentes públicos, mídia e moradores) foram atreladas também aos fenômenos periódicos de chuvas e aos seus acionamentos simbólicos.

Para demonstrar situações e narrativas neste trabalho, foram, portanto, priorizados alguns problemas públicos envolvendo esses desastres, divulgados principalmente pelos jornais locais, considerando-os como um dos principais lócus de debate público e político. Dadas as considerações iniciais, seguem as descrições.

O desastre de 1979 e as disputas entre governos estadual e municipal

Em fevereiro de 1979, a catástrofe a partir das chuvas foi considerada “tragédia maior”, segundo o semanário local “O Nova Friburgo”, que divulgou o número de 64 mortos e mais de mil desabrigados. Ainda segundo o jornal, a cidade também ficou sem energia elétrica e abastecimento de água (10 fev. 1979).

As chuvas, conforme registros, vinham constantes desde o ano anterior e foram se intensificando nos primeiros dias do ano, culminando num temporal na noite da segunda-feira, do dia cinco de fevereiro, adentrando a madrugada do dia seis, conforme apresentado pelo O Nova Friburgo: “As inundações se intensificaram pela madrugada, quando ao longo do Rio Bengalas, de modo especial nas casas mais baixas, dezenas de famílias abandonavam suas residências a procura de abrigos mais seguros. Nesse meio tempo, as equipes de bombeiros eram chamadas [...]” (10 fev. 1979, p. 01).

No dia seguinte, os danos eram visíveis em vários pontos da cidade: inúmeras casas inundadas pelas águas ou soterradas pelas barreiras. Foram mais de 2000 casas ameaçadas com barreiras ou desabamentos, mais de 50 carros danificados, pontes danificadas e até mesmo derrubadas. Em dois dias, o Corpo de Bombeiros teve mais de 300 chamadas e a Polícia Civil foi acionada cerca de 200 vezes, segundo matéria do jornal local A Voz da Serra (10/12 fev. 1979, p. 01).

Várias partes da cidade tiveram pontos de alagamento e deslizamento registrados. Os mais afetados pelas águas foram moradores de casas mais baixas próximas aos rios e aos morros. O centro da cidade – da Av. Alberto Braune à Praça Getúlio Vargas - não havia sido atingido como no final de 78, já que em janeiro a Prefeitura tinha feito a desobstrução das redes de esgoto, “depois de sucessivas observações da imprensa e da população”, segundo O Nova Friburgo (10 fev. 1979).

Os dias seguiram com algumas reclamações. Na matéria do dia 10 de fevereiro do A Voz da Serra, foi divulgado que alguns bairros ficaram sem energia elétrica por mais de quatro dias - “100 horas”, mostrando o “despreparo para enfrentar situações de

emergência” da Companhia de Eletricidade (10/12 fev. 1979, p. 01). Outros problemas persistiram e levaram a população a reclamar até mesmo meses depois, conforme apresentado mais a frente. Nos dois dias seguintes, a “paisagem humana” no entorno do cemitério era “desoladora”, de acordo com O Nova Friburgo:

Contristados, aflitos ou tomados de total estupefação, os rostos refletiam uma amargura comum a todos. Em tempo algum, Nova Friburgo viveu um drama de tamanha intensidade – por isso, muitos se recusavam a acreditar no que viam, embora a realidade nua e crua ali estivesse, irretocável (10 fev. 1979, p. 01).

Chama atenção as informações políticas em destaque na primeira página do A Voz da Serra. O texto localizado no centro da capa reproduz a fala do prefeito, Alencar Barroso, do partido MDB (Movimento Democrático Brasileiro): “No ano passado pedi 50 milhões para proteção das encostas. Não recebi nada. Depois pedi 15 milhões. Nenhuma resposta veio. A Empresa de Obras Públicas realizou um levantamento na cidade [...]. Um relatório foi feito. De nada adiantou” (10/12 fev. 1979, p. 01).

A fala do gestor municipal está diretamente ligada à chamada de responsabilidade dos governos estadual e federal. Num primeiro momento, o prefeito disse não decretar o estado de calamidade, deixando a medida para o governador Faria Lima (do partido ARENA), o qual, não só recusou o decreto, como não viu necessidade, ao afirmar que os prefeitos “exageram muito diante dos fatos e procuram ajuda nas circunstâncias de temporais ou chuvas fortes” (A VOZ DA SERRA, 10/12 fev. 1979).

Foi então que o prefeito decretou o Estado de Calamidade Pública (ECP), em 08 de fevereiro de 1979, considerando todos os acontecimentos relacionados às chuvas, como o transbordamento dos rios, a queda de encostas e as consequências como as vítimas fatais, os desabrigados, dentre outros, além de todos os prejuízos da “vida econômica e financeira do Município”. O decreto foi aproveitado, no que pode ser visto como uma resposta ao governador, pelo tom, ao declarar: “que ao chefe do Poder Executivo cabe o dever de avocar e decidir, por motivo relevante, todos os fatos que afetem a normalidade da vida pública municipal” (Ibidem, 10/11 fev. 1979).

Do ECP, via Decreto 829, então, seguiram dois decretos seguintes, assinados no mesmo dia: o Decreto 830, que instituiu o luto oficial por três dias consecutivos na cidade e o Decreto 831, que abriu o já citado crédito de 15 milhões de Cruzeiros, “para atender as despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes do Estado de Calamidade

Pública do Município”. O decreto do ECP abriu um crédito de 15 milhões de Cruzeiros, na Unidade Orçamentária do Departamento de Assistência Social (10 fev. 1979), segundo O Nova Friburgo: o mesmo valor solicitado pelo Prefeito ao Governo Federal (devido às chuvas de 78), dias antes da catástrofe.

O estado de calamidade permite pensar no quanto este instrumento constitui parte de um campo no sentido dado por Bourdieu. Ao discorrer sobre o campo científico, Bourdieu o apresenta enquanto um sistema de relações objetivas, de lutas concorrenciais pela autoridade científica (1983). Assim, o campo burocrático consiste nesse “espaço de jogo de uma luta concorrencial” (Ibidem, p. 123), neste caso, ligado à autoridade política.

O capital político em jogo nesta situação, entre agentes e esferas direcionadas por programas partidários diversos e até mesmo divergentes, é operado a partir de disputas nesse campo, sendo o “estado de calamidade pública” também um instrumento de governo, que vê nas chuvas as oportunidades de verbas e ações decorrentes das mesmas. A responsabilidade sobre as verbas, por sua vez, recairia no governador, caso o mesmo decretasse o estado ou mostrasse concordância com a decretação pelo prefeito.

O decreto de luto oficial, por sua vez, apresenta as mortes enquanto oportunidades políticas que também podem levar a meios burocráticos de estímulo a lutas concorrenciais e a recursos, já que este instrumento deu corpo à medida de decretação do ECP e de crédito.

Em 24 e 25 de março, em coluna editorial do A Voz da Serra, o jornal veiculou que, em apenas seis sessões legislativas, o prefeito tinha sido acusado constantemente pelos vereadores do ARENA, que, por sua vez, tinham apresentado neste período mais de 200 indicações ao governante. O jornal, além de mostrar as disputas entre os dois partidos², acionou, em defesa do prefeito, o estado de calamidade na discussão sobre as indicações parlamentares: “Se o Prefeito for atender a todas teria que dobrar seu Orçamento ou decretar novo estado de Calamidade Pública” (24/25 mar. 1979, p. 01).

Voltando aos impasses entre governos municipal e estadual, em capa do A Voz da Serra dos dias 17 e 18 de fevereiro, o prefeito afirmou ter inúmeras provas de que

² Cabe frisar que o contexto dessas disputas entre os partidos está inserido no bipartidarismo adotado durante doze anos na Ditadura Militar no Brasil. Esse sistema, que vigorou entre 1966 e 1979, extinguiu partidos e permitiu a existência institucional de apenas dois, criando a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que reunia grupos de base governista e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), aglutinando “oposições”, forjando assim uma relativa legalidade ao regime ditatorial. O ano de 1979 é o último do bipartidarismo, quando o país começa a entrar em um contexto de abertura política (início do processo de redemocratização), condicionando as disputas políticas da época.

vinha acionando o governo estadual para que este tomasse providências quando aos problemas de “Enchentes e aos perigos de desabamentos em Nova Friburgo”, na matéria intitulada “Prefeito prova que sempre pediu ajuda”(1979, p. 01).

O prefeito afirmou em sua defesa: “Prefeito há apenas dois anos, não podemos culpar-nos das cheias dos rios e da queda das encostas e nem da aprovação de loteamentos e construções nas encostas que datam de muitos anos”. E prossegue: “se o demagogo pedir, e pedir e pedir pelo seu povo e pela sua terra, aí sim o Prefeito de Nova Friburgo é demagogo, no novo conceito de demagogia” (Ibidem), em respostas às acusações que estaria sendo demagogo.

As declarações foram dadas, depois do governador fazer afirmações chamando o gestor municipal de demagogo e mentiroso, duvidando das condições para a decretação do estado de calamidade pública. Para isso, exigiu provas.

Em matéria de 24 e 25 de fevereiro do mesmo jornal, o Prefeito usou o exemplo de um prédio do estado danificado por deslizamento de terra, para comprovar os prejuízos ocorridos com o desastre: “O Prefeito disse que não só prédios particulares do Município tinham sido afetados pelas chuvas, como também próprios do Estado, dando como exemplo o Centro Médico Sanitário, da Vila Amélia (A VOZ DA SERRA, 24/25 fev. 1979, p. 02).

O jornal A Voz da Serra, ainda em 17 e 18 de fevereiro, expôs a “indelicadeza” do governador com os friburguenses ao duvidar da calamidade e querer provas para tal, afirmando também que independente de diferenças ideológicas, o governador não deveria chamar um prefeito de “mentiroso” (Ibidem, 17/18 fev. 1979, p. 03.).

O jornal O Nova Friburgo, em 17 de fevereiro, também apresentou ressentimento quanto às declarações do governador, chamando de “idiossincrasia” e “posição radical” as suas posturas. Ainda questionou a dúvida e “incoerência” do gestor:

(...) já que a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e o pessoal da Defesa Civil estão empenhados na busca de soluções para os problemas dos flagelados do último temporal, por que não seria este problema, também, uma preocupação, um motivo de providências a serem adotadas pelo Executivo estadual? Afinal, os três órgãos citados pertencem aos quadros do Governo do Estado do Rio de Janeiro (17 fev. 1979).

Em nota do Departamento de Imprensa e Divulgação da Prefeitura, datada de 12 de fevereiro e divulgada nos dias 17 e 18 de fevereiro em matéria do A Voz da Serra intitulada “DID afirma que governador não ajudou”, o governo estadual se recusou a “ajudar” o município. Chama a atenção em como as divulgações até mesmo oficiais de solicitações ou das recusas sobre esta eram tratadas como auxílio ou ajuda e não vinham acompanhadas de uma abordagem das responsabilidades pela lei, ou vistas como “obrigação”, ou “direitos” (17/18 fev. 1979, p. 03).

Os conflitos entre os governos estadual e municipal eram explicadas por conta das diferenças partidárias e vistas como impedimento de uma relação comum na gestão do evento crítico de 79, como pode ser analisado em texto apresentado na “Coluna da Província” do A Voz da Serra dos dias 17 e 18 de fevereiro:

Manchete do JB: ‘Faria Lima nega ajuda até Friburgo provar que precisa’. Um troço desse só pode acontecer mesmo num país dividido entre a Arena, o MDB e a revolta. Será que em todos os dramas decorridos, entre as vítimas, as perdas e a desolação, o Prefeito de Friburgo teria que registrar em cartório sua dor e enviar um ofício de lágrimas e sangue ao Governador? Provar como? (p. 05).

Ainda nessa coluna, a relação entre Prefeito e Governador é mais bem explicitada: “Os dois nunca se deram. Não se dão de maneira nenhuma. Faria Lima e Alencar Barroso cortaram no último fim de semana todas as relações de inimizade” (A VOZ DA SERRA, 1979, p. 07). Sobre a questão da disputa partidária, o jornal ainda publicou, em tom de crítica:

As dimensões estruturais e mentais de alguns residentes na suíça brasileira, se dividem assim: se fosse da Arena faria isso, se fosse da Arena faria aquilo. O MDB é culpado. A Arena tem mais gente capaz. No final culpou-se o MDB de tudo. Até governador que afirmou que de agora em diante tem que provar qualquer tipo de tragédia. Se fosse um Prefeito da Arena nada disso aconteceria (Ibidem).

O jornal, em mesma coluna, argumentou acionando valores como vizinhança e proximidade, ao questionar as falas do governador sobre o Prefeito: “Faria Lima foi infeliz em tudo: ‘eu não dou nada a ele porque, primeiro, ele tem que fazer as coisas dele’. Como um chefe de Estado pode declarar coisa como essa? Na hora de drama,

mortes, perdas, um vizinho se dirigiria assim a outro vizinho?” (A VOZ DA SERRA, 1979, p.07).

Quando empossado um novo Governador do Estado, em março de 1979, Chagas Freitas, do MDB, o tom do diálogo mudou. O governador, logo após sua posse, dirigiu palavras a Alencar Barroso, segundo o AVS: “o Governador disse que era uma satisfação rever um velho amigo e um grande companheiro. Ao mesmo tempo enfatizou que procurará atender e solucionar aos nossos problemas comunitários” (24/25 mar. 1979).

Além das preferências políticas do jornal e das relações existentes entre a tipografia e o corpo político do município, essas matérias podem dar pistas sobre as condições e os contextos em que um evento climático é convertido em uma crise política. Seja como for, tanto o prefeito quanto o governador, a partir do episódio do desastre, utilizaram as situações que se sucederam ao evento como meios de evidenciar as disputas e a arena pública em torno dos seus mandatos. E a dor, o sofrimento e as perdas foram categorias acionadas para comoção da opinião pública e apoio ao prefeito.

Ficou explícita a exclusão do prefeito de então do rol das responsabilidades pelo jornal A Voz da Serra, quando este, na sua coluna “Carta de AVS” do dia 10 e 11 de fevereiro, aparentemente levou a solução da crise no município: “O problema de Friburgo é uma tomada de consciência dos governantes passados e futuros. Do passado se tira lição de que tudo foi permitido em matéria de construção. Do futuro se guarda a esperança de uma tomada de [poder]”. (10/11 fev. 1979). Nenhuma menção ao governante do presente foi feita.

Dias depois, em 17/18 de fevereiro, o jornal levou a causa dos problemas das chuvas às construções irregulares, sobretudo nas regiões ribeirinhas e nos morros. Defendeu que a Prefeitura tomasse uma posição drástica de não permitir essas habitações, restando apenas a “esperança” das ações da municipalidade para um problema que vinha se arrastando há mais de dez anos. Já o semanário O Nova Friburgo registrava a responsabilidade de todas as esferas de poder:

Famílias inteiras soterradas pela queda de barreiras, residências destruídas pela violência das águas [...] além dos inúmeros (até agora) mortos, voltam a exigir do Poder Público, tanto municipal quanto estadual e federal, providências que, se não evitem as calamidades, ao menos reduzam a violência de suas consequências – que já estão, realmente, cansando a nossa população (10 fev. 1979).

Esse jornal também divulgou as solicitações feitas anteriormente às esferas estadual e federal pelo Prefeito, bem como o pedido da verba de 15 milhões. O jornal, no entanto, acrescentou outras medidas e responsabilidades, como as advertências da Prefeitura a empresas particulares sobre situações irregulares nos leitos que poderiam represar as enxurradas e causar mais inundações. Chamava a atenção do jornal a advertência à Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo que, por não possuir comportas móveis na Usina do Catete, era uma das responsáveis pela elevação do Rio em Conselheiro Paulino. O jornal, por fim, concluiu, na sua coluna “Opinião”: “As chuvas aí estão insistentes. E não se pode culpar, de modo algum, a Providência pela imprevidência de tantos quantos são responsáveis pelo bem estar de seus semelhantes” (O NOVA FRIBURGO, 10 fev. 1979).

Nos primeiros dias de março de 79, moradores apresentaram abaixo-assinado, pedindo a canalização das águas pluviais e a retirada de uma barreira que ainda se encontrava em algumas ruas, conforme matéria publicada. O documento concluía: “caso isso não seja solucionado, em caso de novas chuvas, poderá acontecer nova catástrofe, uma vez que o volume d’água represado pela barreira, em caso de transbordamento poderá destruir dezenas de residências” (A VOZ DA SERRA, 3/4 mar. 1979, p.05).

Em matéria da semana seguinte, o Prefeito pedia a “compreensão do povo”, pois eram muitas barreiras e escombros ainda a serem removidos, dificultado pelo tamanho e número de distritos de Friburgo. Nesse mesmo mês foi apresentado pelo O Nova Friburgo um apelo dos moradores do bairro Catarcione, solicitando à Prefeitura a retirada de uma barreira na rua Francisco Freitas (24 mar. 1979). No final de março o Prefeito despachou junto a vereadores do MDB reivindicações e apelos diversos, como limpeza nos bairros, calçamentos e iluminação (A VOZ DA SERRA, 24/25 mar. 1979).

Em 31 de março, na coluna editorial do jornal O Nova Friburgo, foi apresentada crítica sobre a “inércia” em relação às medidas que deveriam ter sido tomadas, como a limpeza dos leitos e das margens dos rios, bem como sua dragagem. O julgamento recorreu à questão técnica, afirmando que a limpeza era feita de forma “morosa e desordenada, atacando trechos esparsos e descontintos, numa verdadeira ‘sinfonia inacabada’, sugerindo absoluta ausência de planejamento e engenharia de execução” (31 mar. 1979).

Nos morros e encostas, segundo o periódico, a situação era ainda pior, pois muitos imóveis ainda estavam sujeitos a deslizarem e os moradores, “por não terem para

onde se transferir, insistem em permanecer, apesar do perigo contínuo e da ameaça constante” (O NOVA FRIBURGO, 31 mar. 1979).

Na capa do jornal AVS de final de março, é apresentado um apelo dos moradores da localidade Parque Dom João VI, onde ainda havia entulhos da enchente nas ruas “intransitáveis”, além do perigo de deslizamentos. Os moradores pagaram o aluguel de uma retroescavadeira para minimizar os problemas e ainda aguardavam a Prefeitura para fazer as primeiras ações, como correção do leito do rio e retirada de entulho (31 mar./1 abr. 1979, p. 01).

A resposta da Prefeitura veio em maio (coincidindo com os pedidos de vereadores de Inquérito sobre processo da Prefeitura), como se pode ver com a seguinte matéria, de 19 e 20 do citado mês: “A frente de 40 calcetereiros e almoçando de marmita com os mesmos, o chefe do Executivo Municipal friburguense começou uma remodelação total do calçamento do Parque D. João VI, prometendo que a seu término irá atacar outros bairros carentes” (A VOZ DA SERRA, 26/27 maio 1979, p. 03).

A investida nas obras deu-se, segundo noticiário oficial da Prefeitura, devido à “crescente onda de oposição e acusações feitas a sua administração”. Segundo o Prefeito, “As críticas, respondo com a ação em favor do povo” (Ibidem, 26/27 maio 1979, p. 03). A matéria priorizou a ligação da oposição ao aumento do ritmo das obras, e não aos problemas ainda presentes três meses depois das chuvas, por exemplo, a falta de uma ponte, que havia desmoronado devido às chuvas, na localidade de Jardim Ouro Preto, como a própria matéria anunciou.

O Secretário Geral do Município, Luiz Malheiros, em matéria do Nova Friburgo, também falou sobre as críticas sobre a gestão de então: “tudo não passa de uma conspiração de cunho político, que explora o infortúnio alheio sem ao menos apresentar um caminho que venha auxiliar a Administração a resolver o problema” (Ibidem, 26 maio 1979).

Em 7 de abril foi divulgado pelo mesmo jornal que o Grupo de Jovens da Diocese de Nova Friburgo havia protocolado uma carta enviada ao Prefeito, em que expunham a situação dos “flagelados” nos abrigos e solicitavam providências da gestão para solucionar os problemas, tais como “deficiências de condições de higiene, de alimentação, de superlotação das dependências, ‘com, até, três famílias alojadas numa mesma sala’, e, ainda, o de goteiras, nos dias de chuva”, além da não construção das casas (O NOVA FRIBURGO, 7 abr. 1979).

Malheiros, o Secretário Geral, sobre o grupo de jovens, respondeu ao periódico: “Se realmente esses moços se dizem tão sensíveis à dor dessas pessoas (...) ‘por que eles, desde que a par das privações dessas famílias, não se habilitam, a título precário que seja, a abriga-las em suas próprias casas?’”. Acrescentou que o governo não se dava por satisfeito ter sob sua responsabilidade “dezenas de famílias em provação e obrigadas a suportar sub-condições de vida, onde dependem da caridade pública e do pouco que a Prefeitura pode-lhes dar”. (O NOVA FRIBURGO, 26 maio 1979).

Ao final de maio, em matéria do A Voz da Serra, foi divulgada a insatisfação de vereadores, tanto da ARENA quanto do MDB – ainda que poucos deste partido – que afirmavam o “estado de abandono” em que se encontrava a cidade. A declaração foi feita em uma reunião na Câmara, ao exporem problemas referentes à falta de limpeza, aos buracos nos asfaltos, dentre outros problemas.

Em editorial de 02/03 de junho, apesar de ainda na defesa do Prefeito, o AVS se apresentou sem o otimismo de outrora, apresentando o crescimento de problemas:

O mês de junho já chegou e a cidade chega próximo ao segundo semestre do ano sem ainda estar recuperada das últimas chuvas. Apenas lentamente parece que a recomposição é feita, isso debaixo de duras críticas da Arena. [...] O Prefeito se defende. Afinal que outra administração na história de Friburgo conseguiu ser sufocada por dois violentos temporais, acumulando e recebendo de bandeja erros de administrações anteriores [...] Enquanto todos brigam a cidade perde, a população se sente um pouco ludibriada com tantos ataques e tantas defesas. A cidade cresce e os problemas se avolumam (02/03 jun. 1979, p. 01).

No final do ano ainda não se chegava a uma medida para a construção das moradias, como a matéria do Segundo Caderno do Nova Friburgo expôs no final de 79, a partir da intenção de um vereador de, tardiamente, indicar ao Prefeito área de terra onde poderiam ser construídas 250 casas:

Os flagelados das últimas enchentes e desabamentos, precariamente abrigados nas dependências do futuro CSU de Duas Pedras, e os remanescentes da Favela do Cordoeira, que lá do alto, em seus toscos casebres observam a bela paisagem, mas intimamente angustiante, dos que possuem no vale da ‘suíça brasileira’, uma casa, mesmo pequena, mas a altura do direito do cidadão (MORADIA..., 15 dez. 1979, p. 01).

Os problemas persistentes ao longo de 1979 mostram que, apesar do acionamento das dores, mortes e sofrimento de uma população “flagelada”, estas categorias não foram valorizadas nas políticas públicas de gestão do desastre. O debate público foi muito mais voltado para as disputas partidárias e em como as consequências do desastre eram oportunizadas na arena pública em torno do decreto do ECP.

O desastre de 2011 e os seus acionamentos

Entre o final de 2010 e início de 2011, Nova Friburgo, como outras partes da região serrana fluminense, recebeu um volume de chuvas além do quantitativo considerado comum.

Entre 11 e 12 de janeiro de 2011, vários pontos da cidade foram atingidos a partir de inundações, deslizamentos de pedra e de terras, destruindo e soterrando imóveis e centenas de pessoas. O resultado da “tragédia”, um mês depois, era de 910 mortos e 662 pessoas desaparecidas em toda região serrana. Nova Friburgo foi apresentada com o maior número de óbitos dos municípios, 426 mortes³.

Uma observação pode ser feita sobre a divulgação da catástrofe: foi apresentada, por diversas vezes, de maneira naturalizada e/ou ligada estritamente aos fenômenos da natureza, a partir da visualização de matérias do Jornal A Voz da Serra, como “Cronologia da maior **catástrofe natural** da história do Brasil”, ou em “Maior catástrofe **climática** do país” (18 jan. 2011, grifos nossos).

É muito comum vermos chamadas do tipo “Chuva mata 10”, ou “Deslizamentos deixam centenas de desabrigados”. Sem dúvida, essas matérias exaustivamente colocam desastres de forma “natural” e abordam os fenômenos da natureza enquanto sujeitos causadores dos problemas ocorridos nos eventos, o que contribui para uma visão naturalizada de um desastre.

E ao tratar o desastre de maneira naturalizada, mais como um fenômeno do meio ambiente, do que um evento ocorrido a partir dos eventos da natureza e climáticos, os números de mortos ou de desabrigados, ou mesmo os problemas trazidos à tona são colocados em uma relação de causa e efeito, e diretamente na ‘responsabilidade’ da natureza.

³ Segundo relatório de Inspeção do Ministério do Meio Ambiente, de fevereiro de 2011, após levantamento feito em janeiro. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/relatoriotragediarj_182.pdf> Acesso em 27/01/2019.

Na maior tragédia **causada pelas chuvas** da história do País, morreram, ao menos, 500 pessoas na região serrana do Rio de Janeiro. Mas muitos mais ainda estão sendo descobertos sob montanhas de barro e escombros. Pelo menos 6 mil pessoas perderam suas casas e mais de 8 mil tiveram que deixar suas moradias” (A VOZ DA SERRA, 13 jan. 2011, grifo nosso).

Além da falta de conexão com as discussões acadêmicas mais recentes, podemos pensar nessas construções de sentidos voltadas para o mundo da política. Na medida em que essas notícias são reproduzidas de maneira naturalizada, tendem a diminuir o debate sobre a responsabilidade política estatal, tanto para a gestão de riscos e da prevenção, quanto para a gestão dos desastres em si.

Sobre as referências acerca da intensidade do desastre de 2011, foi possível perceber que os termos “maior”, e “pior” foram recorrentemente acionados, numa comparação com outros eventos anteriormente ocorridos no Brasil, mas, na sua grande maioria, sem uma preocupação em apresentar dados ou critérios que justificassem os termos. Quando utilizados, conforme apresentado anteriormente, eram relacionados principalmente à quantidade de chuva, de mortes e aos prejuízos em valores monetários.

No entanto, ainda que não declaradamente divulgados como critérios para a magnitude do desastre, em inúmeras matérias as mortes e as descrições de espaços destruídos vieram seguidos da categorização do evento enquanto único na cidade, algumas vezes em relação com uma construção de discurso da valorização do sofrimento e de estetização da destruição.

Tragédia, devastação, tristeza, comoção e muita dor. Resultado de cinco horas de chuvas e 300 milímetros de água, que tornaram a madrugada do dia 12 de janeiro inesquecível para todos os friburguenses. Durante a madrugada negra, a cena era de muita água, destruição e medo. Quando amanheceu, a sensação era de estar numa cidade devastada por um terremoto. Em todos os bairros da cidade, o clima era de muita tristeza. À medida que o trabalho de resgate acontecia, apareciam corpos boiando, soterrados, mutilados. Nunca se viu **tragédia tão grande**. (A VOZ DA SERRA, 18 jan. 2011, grifo nosso).

Sobre essa estetização, podemos pensar na questão imagética, ao vermos as inúmeras fotos de lugares destruídos, de covas abertas, de mortos, de pessoas desabrigadas, em luto, chorando ou feridas, apresentadas em matérias divulgadas em jornais impressos e digitais.

É também possível observar por parte dos veículos midiáticos um superdimensionamento no uso de termos, nessa exaltação da dimensão de um desastre. Uma ferramenta observada nessa construção foi a generalização em 2011: “**Nenhum** local da cidade ficou inteiro. **Toda** Nova Friburgo foi marcada para sempre pela tragédia que vitimou centenas de famílias” (A VOZ DA SERRA, 18 jan. 2011. Grifos nossos).

Menos de um mês após as chuvas de janeiro de 2011, o jornal A Voz da Serra apresentou a matéria “Adversidades tornam pessoas mais aptas a enfrentar situações difíceis, mostra estudo”. Nesta, o periódico apresenta uma série de pesquisas sobre as experiências relacionadas às resistências mentais e à forma como as pessoas lidam com eventos e adversidades, iniciando em tom otimista: “Antes de qualquer coisa, este novo ano certamente produzirá uma boa quantidade de histórias de redenção” (4 fev. 2011).

Ainda que não seja uma estetização aos moldes da estetização da política de Benjamin sobre o Fascismo, que torna a guerra bela (1985), por exemplo, acaba por ser uma narrativa que valoriza as perdas e sofrimentos do desastre, de modo que estejam ligados à valorização e exaltação das ações da população após os difíceis momentos. “Apesar de toda tragédia, é perceptível que a população [...] vem batalhando para que dias melhores surjam. A esperança, mergulhada nos olhos dos atingidos pelas chuvas, é o que impulsiona cada friburguense para buscar alternativas e soluções para o futuro” (A VOZ DA SERRA, 20 jan. 2011).

Conforme apresentado em exemplos retirados das fontes jornalísticas, o termo “tragédia” é utilizado para descrever eventos catastróficos envolvendo destruição e, sobretudo, mortes. Com o desastre de 2011 na região serrana não foi diferente, tendo os jornais empregado massivamente o termo.

Após pesquisa de todo o acervo de 2011 disponível do jornal local A Voz da Serra (e de períodos anteriores e posteriores ao ano deste desastre), foi possível atestar a divulgação massiva também de ações de solidariedade voltadas à cidade, tanto de fora quanto dos próprios moradores. Além de divulgar as ações de solidariedade, o jornal também convidava para o voluntariado: “A partir das 6h da manhã já iniciam-se os trabalhos de preparação da comida e quanto mais voluntários colaborarem, maior poderá ser o número de beneficiados”. (A VOZ DA SERRA, 24 jan. 2011). Foram descritas dezenas de ações ao longo do ano pelo jornal, o qual valorizava excessivamente a iniciativa privada e as ações de mutirão entre moradores, deixando as medidas estatais implementadas de forma igual ou mesmo secundária em alguns

números divulgados. Houve casos de ações, inclusive, de empresas e trabalhadores de outras municipalidades, também divulgadas pelo periódico:

Dezenas de garis da Comlurb, empresa de coleta de lixo do Rio de Janeiro, estão em Nova Friburgo desde a semana passada, realizando mutirões de limpeza no Centro e bairros mais atingidos. As equipes se revezam e já conseguiram ajudar trabalhadores da Prefeitura a retirar montanhas de lama e lixo das margens do Rio Bengalas, ao longo das avenidas Comte Bittencourt, Galdino do Valle Filho, Rui Barbosa, Santos Dumont, Euterpe Friburguense, Hans Gaiser e Presidente Costa e Silva, entre o Paissandu e o trevo do bairro Duas Pedras. Móveis danificados nas enchentes também têm sido retirados das calçadas do Centro. Nos bairros ainda há muita sujeira, lama e entulhos a serem removidos (A VOZ DA SERRA, 26 jan. 2011).

Houve também doações feitas por empresas, mas divulgadas por agentes públicos, como mostra a matéria local:

Segundo Pezão, as construtoras ligadas ao programa federal “Minha Casa, Minha Vida” se comprometeram a doar duas mil unidades habitacionais nas três principais cidades devastadas pela tragédia climática do último dia 12: Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis. Segundo Pezão, o governo estadual planeja construir oito mil unidades, que atenderão as vítimas da tragédia que se encontram em abrigos, assim como famílias que ocupam áreas consideradas de risco (Ibidem, 26 jan. 2011).

A publicização das doações por meio do então vice-governador do estado do Rio de Janeiro pode dar pistas sobre as relações de reciprocidade entre autoridades públicas e empresários, além da intenção de legitimar a escolha das empresas contratadas para a construção das unidades habitacionais.

As mais de noventa matérias encontradas nesse periódico de maior circulação na cidade, divulgando sobre ações chamadas por “solidariedade” ligadas diretamente ao evento do desastre de 2011, ao longo daquele ano, além de manifestarem intenções de moralidades em torno destas categorias no desastre, ainda que não fosse diretamente o objetivo, cumpria com o papel de divulgação desses atores e empresas embebidos dos ditos valores solidários.

Essas matérias foram publicadas em número expressivo nos meses de janeiro e fevereiro, tendo uma regressão conforme os meses iam passando. Esse mesmo movimento é percebido com o número de publicações sobre o desastre. Tanto em 1979 quanto em 2011, os espaços de informação criados entre um evento de desastre e outro,

os chamados “vazios de informação”, além de contribuírem para percepções equivocadas-naturalizadas sobre os desastres (VICTOR, 2015), mostram que essas medidas de comunicação cumprem papéis e interesses específicos.

A partir de março houve uma diminuição considerável dessa exaltação e chamada à solidariedade, com redução para três publicações a partir de maio, justamente o mês em que o então secretário de Assistência Social de Friburgo apresentou preocupação com a possibilidade dos itens alimentícios e de higiene pessoal doados e utilizados nos abrigos acabarem:

A generosidade da população brasileira e até mesmo de outros países que se sensibilizaram com o drama das famílias sobreviventes à tragédia de 12 de janeiro foi tamanha nos primeiros momentos e ainda hoje sobram roupas e calçados enviados a Nova Friburgo como doação, mas já começa a faltar o principal: comida. Na central de arrecadação de donativos para os desabrigados, montada na Fábrica Ypu, ainda há uma quantidade razoável de arroz, feijão e macarrão, mas que só é suficiente para mais 40 dias. A constatação é do secretário municipal de Assistência Social, Carlos Antônio Maduro, que apela agora à solidariedade dos friburguenses para a arrecadação de gêneros de primeira necessidade (AMORIM, 12 mai. 2011).

Certamente os motivos para a diminuição das doações não são exclusivos da diminuição de matérias sobre as mesmas, tampouco se busca responsabilizar o jornal pelo processo, no entanto, é possível, a partir deste exemplo, ligar o caráter agregador dos meios de comunicação de massa (junto ao setor público) – sobretudo os jornais impressos e televisionados mais as redes sociais – no impulsionamento das doações e da criação dessas redes de ajuda e solidariedade.

A diminuição da publicização de um desastre, dos seus problemas e das suas oportunidades, portanto, diminuem o acesso à ajuda. “Uma vez que o cotidiano de populações atingidas seja refeito, imagens de apelo capazes de sugerir sentimentos solidários rareiam, chances de se receber ajuda financeira, técnica ou operacional reduzem-se e, o que é mais importante, eventuais oportunidades perdem evidência” (ULTRAMARI & SZUCHMAN, 2017, p. 6).

O próprio secretário, na mesma matéria, ligou a citada redução a fatores midiáticos: “Não sei se pode ser uma coincidência, mas desde que falou-se em programas de televisão a nível nacional que a cidade já tinha se restabelecido, as doações que já haviam diminuído, mas continuavam acontecendo, simplesmente pararam” (AMORIM, 12 mai. 2011).

Ainda sobre a valorização e invocação da solidariedade e ajuda na cidade, alguns exemplos mostram como a categoria foi acionada por atores diversos, através da imprensa local. Neste primeiro modelo, o então governador do estado do Rio de Janeiro, ao assinar convênio para fins do aluguel social com as prefeituras dos municípios afetados, discursou sobre a importância da solidariedade:

O governador aproveitou a assinatura do convênio com as Prefeituras para ressaltar a importância da parceria entre o estado, os municípios e a União, assim como da solidariedade da população brasileira, recuperando no menor prazo possível, as regiões afetadas pela tragédia. “Nós temos que agradecer ao Brasil pela solidariedade, ao povo brasileiro, que de todos os cantos do país tem manifestado o seu carinho e o seu respeito com a nossa situação. No mundo, há situações onde países, cidades e regiões atingidas por fenômenos da natureza ou guerras se reergueram e ficaram melhores do que antes [...] É o que nós vamos fazer na Região Serrana. Esse é o nosso desafio[...]”, disse Cabral (A VOZ DA SERRA, 24 jan. 2011).

Nesta mesma direção, o então prefeito discursou sobre a solidariedade, em evento de entrega de doações de camisetas para alunos da rede municipal, por parte da Associação Beneficente dos Professores Públicos Ativos e Inativos — APPAI/RJ:

Dermeval aproveitou mais uma vez a oportunidade para agradecer a solidariedade que a cidade vem recebendo de diversos segmentos de todo o estado. — Esse interesse nos ajuda a enfrentar as dificuldades que temos, e nos incentiva a agir com a rapidez que a população exige e merece receber. As portas da cidade estarão sempre abertas para entidades como a APPAI — ressaltou o prefeito. Para o secretário [de Educação], os resultados alcançados em sua gestão estão diretamente ligados à postura do prefeito. — Esta é uma característica do prefeito Dermeval, a de facilitar as parcerias e valorizar convênios com inúmeras instituições. (A VOZ DA SERRA, 18 mai. 2011).

A partir desses exemplos é possível atestar a narrativa dos agentes públicos afirmando a necessidade do Estado em relação às ações de doações durante o desastre de 2011, não dando conta dos problemas do cotidiano das pessoas, como alimentação, vestuário e abrigo, por exemplo. Essas narrativas passam a ideia de que o estado não daria conta do desastre sem a “ajuda” da “solidariedade” de diversos segmentos, mesmo com todo o repasse de verbas e auxílios dos governos federal e estadual, a partir de instrumentos burocráticos, como a decretação do ECP.

Essas manifestações de estímulo às doações, de exaltação de valores como “solidariedade” e “ajuda” não são medidas involuntárias, tampouco não pensadas por atores que operam o Estado e os espaços midiáticos. Segundo Ultramari e Szuchman, o agir solidariamente constitui ato não apenas altruísta, mas influenciado pela mídia e por ações governamentais (2017).

A partir de entrevistas com técnicos envolvidos na ação pós-desastre de diversos municípios atingidos pelas chuvas de 2011 na região Serrana do Rio e com operadores de agências internacionais - como American Red Cross; Interaction Disaster Risk Reduction Program (Virginia Tech State University of Virginia) e Global Disaster Response – os pesquisadores atestam o reconhecimento, por parte dos entrevistados, da

“existência de oportunidades a serem apropriadas e o papel da mídia e de governos – para o bem e para o mal – nessa apropriação. De modo geral, para os entrevistados, a importância desses dois agentes não se limita à simples veiculação de um desastre, mas reforça-se na explicitação de outros interesses da solidariedade, no fomento ao debate sobre potenciais não facilmente reconhecidos, na captura estratégica de oportunidades que possam emergir de tal situação e na absorção de mudanças operacionais necessárias” (ULTRAMARI & SZUCHMAN, 2017, p. 5).

Em posição declarada pelo jornal local, já que publicada em Editorial, é visível a valorização da cooperação e solidariedade como um reforço ao chamado terceiro setor que, por sua vez, é tido como imprescindível para a recuperação da cidade.

Tem sido cada vez maior a participação da sociedade friburguense nos movimentos do chamado terceiro setor, notadamente junto às entidades assistenciais, atuando de todas as formas nas campanhas que se promovem em benefício dos mais necessitados. [...] Por conta desse espírito solidário, também as instituições se mantêm em atividade no município, tornando-se um braço importante para os programas sociais dos governos. O trabalho dessas ONGs pode ser avaliado como de vital importância para a sobrevivência das políticas de promoção social do Poder Executivo em todo o país. Demonstrações de solidariedade estão presentes nas instituições assistenciais, muitas vezes transformando-se no principal fator de sobrevivência desses trabalhos. O braço amigo da população ajuda e muito as entidades em momentos de dificuldade, consciente de sua importância e sabedora das inúmeras realizações no trabalho com os mais necessitados. [...] Para que a manutenção desse trabalho e das demais entidades assistenciais consiga prosseguir é indispensável a integração da comunidade com o poder público, fazendo a sua parte através dos programas próprios ou em forma de subvenções e verbas (A VOZ DA SERRA, 14 jun. 2011).

Ainda sobre os usos e sentidos em torno de categorias como solidariedade e ajuda, chama a atenção de como esta última foi ligada à reconstrução da cidade por parte do Estado:

A visita da presidente Dilma Rousseff e da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, amanhã, 27, ao Rio de Janeiro, está sendo aguardada com grande expectativa pelo vice-governador e secretário de Obras, Luiz Fernando Pezão. Elas deverão anunciar mais ajuda do governo federal para a construção de unidades habitacionais na região afetada pelas chuvas. (A VOZ DA SERRA, 26 jan. 2011).

A forma como as políticas públicas federais para a reconstrução da cidade foram mencionadas - como “ajuda” - dão pistas de como muitas vezes o Estado opera frente à gestão de desastres: ainda como uma política emergencial e de maneira a não assumir as responsabilidades legais e de prevenção, ainda mais as suas ineficiências. Cabe mencionar que foram raras as publicações encontradas que questionavam a não atuação ou lentidão do Estado no desastre.

Portanto, os atos envolvendo ajuda e cooperação, chamados muitas vezes de solidariedade, estiveram presentes e foram mobilizados na construção do problema público da reconstrução na cidade a partir da esfera pública em torno do desastre. Essas categorias e moralidades foram mobilizadas de formas diferentes para a imprensa, os moradores e agentes públicos.

Matérias exaltando a manifestação de solidariedade dos moradores (ainda que tenham sido publicadas em menor número do que as ações de empresas e instituições), sobretudo dos afetados pelo desastre, podem transmitir a mensagem de que todos têm o mesmo papel de importância e o mesmo grau necessário de atuação, tanto comunidades atingidas quanto a sociedade civil, empresários e instituições políticas.

A mensagem pode ser destacada a partir da seguinte chamada de matéria em nível nacional: “Solidariedade de vizinhos ajuda na recuperação de casas em Friburgo”, ou mesmo na publicação da fala de uma moradora nesta mesma reportagem: “Acho que se todo mundo fizer a sua parte, a gente coloca essa cidade em pé novamente. Não custa nada, é só querer fazer” (17 jan. 2011).

Tal equiparação também pode configurar uma maneira de desresponsabilizar o Estado, que em tese deveria estar preparado no que concerne às políticas de Gestão de Riscos e Desastres, já que, desde 1988, com a Constituição Federal, no seu artigo 21,

inciso XVIII, é uma das competências da União: “planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações”.

Além disso, existe um Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC, que atua com órgãos federais, estaduais e municipais, na prevenção e preparação para desastres, dentre outras medidas e políticas previstas em lei. Estas responsabilizam e obrigam o Estado a mover ações frente a esses eventos críticos, por exemplo, a transferir recursos para ações de reconstrução nas áreas atingidas por desastre⁴.

Essa problematização se confirma nas divulgações de ações do poder público enquanto “ajuda”, como a citada anteriormente, a respeito de verbas do governo federal para construção de unidades habitacionais, ou como a citação a seguir, igualando as responsabilidades de todas as partes, oficiais ou privadas:

O AUXÍLIO chega a Nova Friburgo de todas as partes, oficiais e privadas, na tentativa de minimizar o sofrimento causado pela tragédia do dia 12 que vitimou mais de 300 pessoas. Assim como a população que sofre os efeitos da tragédia natural, cidadãos, organismos e entidades se movimentam numa ajuda solidária que tem comovido a todos e colaborado de forma significativa para a recuperação da cidade. O GOVERNO federal não tem poupado esforços em apoiar os municípios atingidos e em Nova Friburgo não está sendo diferente. É constante a presença de autoridades que podem decidir – e deliberar – sobre as verbas de restauração que a cidade tanto necessita. Ministros, o governador Sergio Cabral, o vice-governador Luiz Fernando Pezão e secretários estaduais estão constantemente em inspeções na cidade procurando auxiliar de todas as formas a população e o governo municipal anunciando medidas que permitam a volta à normalidade sem grandes prejuízos econômicos para a comunidade (A VOZ DA SERRA, 20 jan. 2011).

Além disso, as posições dos editoriais do jornal local em relação à solidariedade e às instituições do terceiro setor revelam o comprometimento de uma imprensa com o poder público local que, a partir das falas dos gestores, admite a necessidade do Estado por essas redes e organismos para dar conta do processo de reconstrução da cidade a partir do desastre.

Didier Fassin, ao problematizar configurações semânticas em torno de uma invenção do sofrimento social, mostra como os sentimentos morais podem influenciar as políticas públicas e ações privadas, além de apresentar o papel midiático nesse

⁴ Para saber mais, acessar o marco legal, como as Leis 12.340/2010; 12608/2012 e 12.983/2014, disponíveis em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112340.htm, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm e http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12983.htm (acesso em 15/12/2019).

processo: “a mídia em grande parte mostra, com histórias e imagens de apoio, que o problema já não diz respeito apenas às margens da sociedade, mas a afeta juntamente: cada um pode passar para o outro ‘lado’ do social” (2006, p. 142).

Por fim, essas situações acabam por mostrar como o sofrimento das populações afetadas em desastres pode ser manipulado midiaticamente para interesses políticos diversos e/ou se tornar um problema secundário a ser solucionado pelo aparato governamental, ou mesmo um dos efeitos das políticas governamentais de gestão e de intervenção em situações catastróficas e de crises, compondo os “governos das chuvas” que, em 2011 e 1979, por exemplo, além de suas políticas excludentes e de manutenção do sofrimento com os afetados⁵, utilizou as chuvas, os desastres e o sofrimento como artefatos políticos, de forma a incentivar a captação de instrumentos burocráticos e de verbas, além de estreitar relações entre agentes políticos. Essas práticas, já consolidadas e comuns, são ligadas a uma “técnica de Estado” que permite a ampliação de sua força (MARCHEZINI, 2018).

Referências bibliográficas

- AMORIM, Henrique. CHUVAS: estoque de donativos para desabrigados só dá para mais 40 dias. *A Voz da Serra*, Nova Friburgo, 12 mai. 2011.
- BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica**. In: Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. **O campo científico** In Pierre Bourdieu, 1930: sociologia org. (da coletânea) Renato Ortiz; tradução de Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.
- CORREA, Maria Suellen Timoteo. **A Política no Desastre em Nova Friburgo/RJ: uma análise da participação de moradores na reconstrução do bairro Córrego D’Antas**. 2015. Dissertação de Mestrado em Antropologia. UFF. Niterói, 2015, 189 p.
- FASSIN, Didier. *Souffrir par le social, gouverner par l’écoute: Une configuration sémantique de l’action publique*. *Politix*. N. 73. p.37-157. 2006.
- MARCHEZINI, Victor. **Desastres e Desterritorializações: Desafios à Proteção dos Deslocados frente a Eventos de Inundações e Deslizamentos**. Em Refugiados Ambientais. Org. Liliana Lyra Jubilut, Érika Pires Ramos, Carolina de Abreu Batista Claro, Fernanda de Salles Cavedon-Capdeville. Boa Vista: EDUFRR, 2018 pp.535-565.
- ULTRAMARI, Clovis; SZUCHMAN, Tami. **Desastres Naturais: altruísmo, interesses e oportunidades**. *Ambiente & Sociedade*, v. XX, n. 2, p. 1-18. SP, 2017.
- VICTOR, Cilene. **Comunicação de riscos de desastres no contexto das mudanças climáticas: muito além do jornalismo**. Comunicação. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7/9/2015.

Fontes

Jornal A Voz da Serra
Jornal O Nova Friburgo

⁵ Exemplos dessas políticas estão ligados às condições dos desabrigados e dos abrigos na cidade em 1979 e a forma como no desastre de 2011 a população desabrigada foi excluída do processo de escolha das indenizações referentes à moradia. Este último exemplo foi analisado na dissertação de mestrado “A Política no Desastre em Nova Friburgo/RJ: uma análise da participação de moradores na reconstrução do bairro Córrego D’Antas” (CORREA, 2015).